

ENSINO DE HISTÓRIA E IDENTIDADE NACIONAL: DESMONTANDO O SÉCULO DEZENOVE*

Jaime Francisco P. Cordeiro**

Resumo: Este artigo aborda as maneiras pelas quais se apresenta a idéia da unidade nacional no ensino de História do Brasil e propõe outras formas de se estudar a história política do século dezanove que ofereçam aos alunos a oportunidade de discutir a pertinência daquela suposta unidade.

Unitermos: nação, identidade, independência

O século dezanove é um período essencial no ensino de História do Brasil efetivado nas escolas de primeiro e segundo graus. A temática da construção da unidade nacional, que se expressa no ensino mediante a articulação entre momentos históricos tidos como decisivos (independência, abolição, república), acaba construindo uma referência de identidade para a “*nossa História*” ensinada: é como se o Brasil — todo indivisível e eterno — encontrasse, ali, a sua verdadeira expressão, a sua completude.

Este artigo pretende discutir as maneiras pelas quais se apresenta na escola essa visão de identidade nacional fundada no século dezanove e sugerir maneiras alternativas de trabalhar com essa mesma temática no ensino de História do Brasil, numa perspectiva que leve ao questionamento da suposta unidade/identidade da nação. Para tanto, é necessário repensar a periodização e os próprios eventos a serem abordados.

Parte-se da caracterização das imagens de unidade, formuladas no século passado pela historiografia e pelos escritores românticos: a independência do Brasil, a obra unificadora da monarquia e a formação do homem brasileiro e da idéia de Brasil. Em seguida, propõe-se outro eixo de reflexão, que incide sobre momentos históricos mediante os quais se pode contestar aquela pretensa unidade: as revoltas do final do século dezoito (Inconfidência

* Trabalho apresentado no XVIII Simpósio Nacional de História. Recife, UFPE, julho, 1995.

** Professor da FCL/UNESP/Araraquara.

Mineira, Conjunção Baiana), a Confederação do Equador e a revolta de Canudos.

Nesse sentido, é estratégico começar por um texto fundador da idéia de unidade nacional: Francisco Adolfo de Varnhagen, na sua *História da Independência do Brasil*, diz sobre esse acontecimento:

Não era mais possível contemporizar. E, inspirado pelo gênio da glória, que anos depois, no próprio Portugal, lhe havia de ser outras vezes tão propício, não tardou [o príncipe D. Pedro] nem mais um instante: e passou a lançar, dessa mesma província que depois conceituava de 'agradável e encantadora', dali mesmo, de meio daquelas virgens campinas, vizinhas da primitiva Piratininga de João Ramalho, o brado resolutivo de 'Independência ou Morte!'.

Com esta resolução, acabava de salvar o Brasil, propondo-se a formar de todo ele unido uma só nação americana. Nem podia mais duvidar da união de todas as províncias, quando já haviam manifestado oficialmente os seus sentimentos as da Bahia, Pernambuco e outras, e era reconhecido que as demais o não faziam pela pressão exercida pelas tropas que as ocupavam; e para estas, pelo conhecimento pessoal que possuía, não só dos fluminenses, como dos mineiros, e agora dos paulistas, não tinha a menor dúvida de que encontraria entre eles milhares de peitos valentes e patrióticos para vencer e debelar.

Estava, de fato, proclamado o Império, não já o luso-brasileiro, formado por D. João VI, e que então findava, mas o brasileiro puro.[...] (VARNHAGEN, 1981,p.138-9)

Ressalta do texto a íntima associação entre o ato do príncipe — entendido como *independência do Brasil* — e a formação imediata da *nação*, na sua completa *unidade* (“*formar de todo ele unido uma só nação americana*”). A unidade nacional está garantida ali, no gesto do príncipe e o Brasil, como um todo, encontra-se presente naquele mesmo gesto. Aliás, mais do que isso, nota-se a afirmação de uma presença latente da *nação*: o ato do príncipe apenas concretiza o que já existia enquanto potencialidade. Essa imagem da unidade projeta-se além do tempo da produção do texto e insere-se, principalmente mediante o ensino da História do Brasil, no imaginário popular. A literatura didática é pródiga de exemplos dessa associação entre *independência* — grito do Ipiranga — *unidade nacional*. No entanto, o texto fundador parece ser mesmo o de Varnhagen, representante do interesse das camadas

dominantes, no século dezanove, de afirmar e impor a idéia de unidade sobre uma sociedade profundamente desigual e fragmentada, tanto social quanto geograficamente.

É nessa linha o comentário de Jaime Pinsky a respeito do papel exercido por Varnhagen:

*Varnhagen representa esses interesses todos — e suas contradições — e sua obra procura passar a idéia de uma nação já constituída, não mais em construção como de fato ocorria. Assim, a edição de sua **História Geral do Brasil** é o momento decisivo do surgimento da nação brasileira... no papel.* (PINSKY, 1988, p.14)

No século dezanove constitui-se, portanto, um modelo explicativo/interpretativo da História do Brasil enquanto história da *nação*, isto é, enquanto *continuum* espaço-temporal que se define pelos limites do Estado nacional, cuja “*biografia*” passa a ser composta pelos historiadores e pelos artistas.¹ Conforme mostram Carlos Alberto Vesentini e Rogério Forastieri da Silva, essa *história-biografia* é remontada ao período colonial, tendo o seu ponto de partida no momento mesmo do chamado “*descobrimento*”.² Diz Vesentini que essa história se expressa mediante a:

[...] reprodução de certos temas, tomados como fatos, persistindo apesar da variação das interpretações. Se seu conjunto forma o passado mítico da nação, esses temas resistem à crítica e continuam a reproduzir-se. Organizam-se como pequenos ‘nós’, pontos centrais, em torno dos quais todo um conjunto de outros temas passa a ser referido. (VESENTINI, 1984, p.76)

No plano da literatura brasileira, é possível tomar boa parte das obras dos românticos como tentativas de construir e reforçar a “*mitologia*” da unidade nacional. O caso mais evidente é o de José de Alencar que, ao longo de sua vasta obra, procurou, conforme ele

¹ Paul Veyne mostra que a História se constitui, desde Tucídides e Xenofonte (que ao “continuar” Tucídides institui uma *tradição*), numa narrativa dos acontecimentos de uma nação, de um povo, numa continuidade temporal. Tal tradição é encarada pelo autor como “*convenções que mutilam a história*”. Cf. VEYNE, 1983, p.106-7, p.334-6.

² Cf. VESENTINI, 1984. Cf. também: SILVA, 1981.

mesmo reconhece, compor um quadro da História do Brasil e da formação da nacionalidade. Na apresentação de um de seus últimos trabalhos, *Sonhos d'Ouro*, de 1872, José de Alencar expôs um quadro da sua produção literária:

O período orgânico desta literatura conta já três fases.

*A primitiva, que se pode chamar aborígine, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalsamaram a infância do povo, e ele escutava como o filho a que a mãe acalenta no berço com as canções da pátria, que o abandonou. **Iracema** pertence a essa literatura primitiva, cheia de santidade e enlevo, para aqueles que venceram na terra da pátria a mãe fecunda — [...] e não enxergam nela apenas o chão onde pisam. O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido.*

É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Esse período colonial terminou com a Independência.

*A ele pertencem **O Guarani** e **As Minas de Prata**. Há aí muita e boa messe a colher para o nosso romance histórico [...].*

A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões, hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço. [...] (In: Bosi, 1989, p.150-1)³

A advertência final do trecho citado é bastante reveladora das preocupações de então: a idéia de uma suposta ameaça de *recolonização* está sempre presente, embora, neste momento, já se trate de uma pretensa *recolonização cultural/ideológica*. Todo o esforço de Alencar (e de outros românticos) será no sentido de constituir as bases de uma *cultura genuinamente nacional*, livre das influências do colonizador. Continuador das “*gloriosas tradições de*

³ Bosi aponta que a questão de saber se Alencar possuía previamente esse esquema de interpretação de sua obra, ou se o compôs *a posteriori* é irrelevante, visto que sua própria explicitação pelo autor, mesmo que tardia, já vale como confirmação da “*consciência histórica de Alencar em face da sua obra*”. (Bosi, 1989)

seu progenitor”, o povo brasileiro, surgido do “*consórcio do povo invasor com a terra americana*”, estaria apenas saindo da infância e, portanto, estaria ainda muito sujeito a influências estrangeiras. Daí a tarefa assumida por Alencar de constituir esse panorama da “*infância do povo*” que serviria como um dos fundamentos dessa cultura nascente.⁴

Incidindo sobre esse eixo interpretativo, mas sem tematizá-lo enquanto tal (isto é, enquanto interpretação e não enquanto expressão da verdade), o ensino de História normalmente praticado nas escolas de 1º e 2º graus acaba por reproduzir a construção ideológica da *unidade nacional*, elegendo como objeto de exposição sempre o mesmo conjunto de eventos, encadeados numa linha progressiva de causas e efeitos na qual se destacam alguns marcos significativos, sendo o principal deles “*independência do Brasil*” (isto é, “*grito do Ipiranga*!” “*gesto heróico do príncipe*” — “*nação*”). Seria até mesmo enfadonho repetir citações de manuais didáticos a respeito do tema para perceber o quanto eles estão marcados por esse mesmo viés ideológico. E, como mostra Vesentini, mesmo aqueles manuais que propõem outras interpretações tomam como objeto o mesmo conjunto de acontecimentos, tomados no sentido de “*fatos históricos*” e, portanto, expressões da verdade. (VESENTINI, 1984)

Ora, o que se pretende aqui é justamente, ao propor que a reflexão histórica sobre o período incida sobre outro conjunto de acontecimentos, questionar e decompor a construção da idéia da unidade que se dá em torno da afirmação da identidade entre independência, grito do Ipiranga, ato heróico de D. Pedro: pensar sobre aquilo que *não* pode estar incluído na construção *independência do Brasil*, mas que, mediante os procedimentos de projeção da memória histórica posterior sobre o passado e sobre o futuro, acaba sendo incluído na construção dominante. Esse conjunto de acontecimentos pode ser composto, a título de exemplo, por duas revoltas do final do século dezoito (Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana), pela Confederação do Equador (1824) e pela revolta de Canudos (final do século dezenove). Deve-se advertir, desde logo, que não se pretende realizar, aqui, uma análise historiográfica

⁴ Nesse sentido, seria bastante pertinente, no âmbito de um curso de História que trabalhe com a temática ora proposta, o estudo de um dos romances de Alencar, particularmente **O Guarani**, para discutir o significado dessa constituição da ideologia/mitologia nacional: a conjunção entre aborígenes, colonos e natureza, a força do herói, a construção da nacionalidade por meio do par romântico Peri — Ceci etc.

desses acontecimentos, mas simplesmente selecionar temas e trechos possíveis de serem trabalhados em sala de aula, no nível do ensino de 1° e 2° graus, no sentido de questionar essa idéia da unidade/identidade nacional.

Outra História do Brasil: a Confederação do Equador e a Conjuração Baiana

A Confederação do Equador pode ser um momento estratégico para a análise em sala de aula, no sentido de desmontar os mecanismos de constituição do dispositivo ideológico da unidade/identidade nacional que se articula em torno do *fato independência do Brasil* — no sentido acima apontado. Trata-se de tema que, embora presente nos livros didáticos, raramente é estudado nas escolas, pelo menos com a profundidade com que poderia ser.

Como evento muito próximo, temporalmente, da *independência*, normalmente tende a ser absorvido por aquela, reduzindo-se a mera “conseqüência” do “fato maior”, aparecendo quase como um “desvio” do rumo correto delineado no *7 de setembro*. Desse modo, o evento perde sua historicidade própria e não é mais tematizado, sendo mostrado, de maneira superficial, como mera revolta, rapidamente dominada em benefício da manutenção da unidade territorial da nação.

Propor, logo após o estudo da *independência* na sua versão mais tradicional, o exame da Confederação do Equador, deve levar à abordagem, pelo menos, de dois aspectos do movimento: de um lado, o protesto de boa parte dos grupos dominantes de Pernambuco (talvez, do Nordeste) contra as pretensões hegemônicas dos latifundiários do Centro-Sul; de outro, a intensa participação popular, que traz à cena outras reivindicações, não evidentes na *independência*.

No primeiro caso, abala-se a idéia da *independência* enquanto afirmação de uma unidade nacional existente *a priori* e cuja mera confirmação se daria no gesto heróico do príncipe. A proposição, pelos setores dominantes do Nordeste, de um novo Estado, federativo e separado do Brasil, permite questionar não apenas a suposta unidade, mas também a própria construção *independência do Brasil*, mediante a desmontagem dos dois termos da expressão. Não se trata de *independência*, pois o que está em questão é a disputa do poder

entre as classes sociais, com suas várias facções, dentro da qual a idéia de separação de Portugal é utilizada com finalidades estratégicas por este ou por aquele grupo. Por outro lado, não se pode aceitar ingenuamente a idéia de *Brasil* como algo dado e realizado naquele momento: era justamente isto que era posto em causa pelos confederados, que se recusavam a fazer parte de *Brasil*, desnudando a artificialidade da idéia da unidade nacional.

No segundo caso, a participação popular traz para a discussão uma perspectiva sempre descartada pelo dispositivo *independência* — *grito do Ipiranga* — *ato heróico*: onde estavam localizadas as possibilidades de formulação de projetos por parte das classes populares nesse período? A radicalização do movimento, ao provocar o parcial reagrupamento dos interesses momentaneamente divididos dos setores dominantes, no sentido de consolidar a repressão dos revoltosos, mostra a candência das reivindicações populares e as maneiras possíveis de sua expressão política. Naquele momento, a dominação social está intimamente associada à questão racial e a possibilidade de um novo *haitianismo* é um argumento decisivo para a retomada dos laços de união da classe dominante, provisoriamente suspensos no início do conflito. Isso fica bastante claro na análise empreendida por Glacyra Leite:

[...] A tensão social que perpassava a sociedade justificava a presença na Rebelião, mesmo sendo espontânea, dos diversos setores constitutivos dessa sociedade. À medida que eram solicitados e estimulados pelas lideranças, seu engajamento se tornava mais ativo. O envolvimento geral era vital para o fortalecimento da luta. Entretanto, a resposta positiva dos setores não proprietários era bem vista até quando parecia haver identificação de interesses, isto é, uma contraposição às diretrizes do governo do Rio de Janeiro. No momento em que alguns conceitos propagados — como o de liberdade e despotismo — eram absorvidos e reelaborados em função de interesses específicos de cada um dos grupos envolvidos, surgia o empenho, por parte das lideranças, de readquirir o controle sobre o conjunto da população. Nesse particular, reencontravam-se as lideranças pernambucanas como um todo. Os não proprietários não se constituíam em um conjunto socialmente homogêneo. Não se pode dizer que tivessem proposições amplas, mas, dadas as condições surgidas em determinados momentos, havia freqüentes tomadas de posição a partir de questões imediatas. Em outras palavras, no decorrer

do movimento rebelde, o envolvimento de setores menos privilegiados da sociedade tomou um caráter de luta social, como aconteceu nos episódios comandados pelo Capitão Pedroso e pelo Major Mundurucu. (LEITE, 1989, p.142)

Após esse redimensionamento da discussão da idéia da unidade nacional permitido pelo estudo da Confederação do Equador, o tema já estará mais matizado: *independência, nação, unidade, identidade* não aparecem mais como dados naturais, imanentes à História do Brasil. A própria idéia de *Brasil* já estará posta em causa e passará a ser *tema* de discussão e, não mais, *fato* estabelecido.

O recuo no tempo até fins do século dezoito permite apanhar outro momento de possível tematização das construções dominantes em torno de *independência* e *unidade nacional*. É particularmente sugestivo, para tanto, o exame da Conjuração Baiana de 1798. Evento desprestigiado no ensino de História e nos manuais didáticos frente a seu *"similar e concorrente"* — a Inconfidência/Conjuração Mineira — o seu estudo permite introduzir os alunos numa relação de estranhamento frente à História do Brasil: por que determinados eventos são considerados mais importantes, sendo repetidos e divulgados com insistência, enquanto outros são praticamente silenciados? A imagem do passado brasileiro retém, mediante a reiteração praticada no ensino de História nas séries iniciais, certas personagens: D. Pedro, Tiradentes, o "traidor" Joaquim Silvério; quem se lembra dos quatro homens do povo executados na Bahia em 1798?

Para além disso, no entanto, ambas as revoltas — a mineira e a baiana — são apresentadas, nos manuais e no ensino, como *"precursoras da independência"*, sendo absorvidas pela memória (posterior) do marco cronológico mais "forte". Além disso, costumam ser agrupadas, junto com outras rebeliões do período colonial, sob o rótulo do *nativismo*. Quanto a isto, comenta Rogério Forastieri da Silva:

Ao que parece os autores que apresentam tais movimentos como expressão de nativismo — "precursores da independência" — partem da independência tomada como fato inexorável, e a partir daí reconstituem a "história" do período colonial. Buscando 'evidências' de que a emancipação política teria de necessariamente resultar no que resultou, constroem um "tecido" onde estão presentes "heróis", "precursores", conflitos, e dá-se muitas vezes uma dimensão fora de propósito a determinados eventos com a finalidade de justificar proposições de caráter teleológico. (SILVA, 1981, p.112)

Procedendo dessa maneira, a historiografia e a literatura didática acabam fazendo perder de vista a historicidade própria dessas manifestações de protesto, que só são dotadas de inteligibilidade com o apelo a um futuro ainda não realizado e que *não podia existir* nem mesmo enquanto cogitação, visto que os projetos delineados, tanto em Minas, quanto na Bahia, nesse período, em nada se aproximam do projeto de independência que se tornou vitorioso desde 1822.

Para se contrapor a isso, o estudo desses movimentos do final do século dezoito deve-se preocupar com a recuperação da sua historicidade própria, desvinculando-os do dispositivo ideológico *independência — unidade nacional*. Isso se torna possível ao se examinarem os objetivos propostos e as características assumidas pelos movimentos.

No caso da Conjuração Baiana, é interessante examinar as maneiras diversas de apropriação das chamadas “idéias francesas”, de acordo com a posição social de cada um dos participantes. É nítida a diferença de perspectiva existente, nesse aspecto, entre os Cavaleiros da Luz, sociedade secreta composta por elementos das elites econômicas e da classe média baiana, e as lideranças populares do movimento, provenientes basicamente dos escalões inferiores do Exército ou do setor artesanal urbano e, quase todos, mulatos ou negros libertos.

O proselitismo das idéias revolucionárias francesas encontrava terreno fértil entre as camadas mais pobres da sociedade baiana que, premidas pela opressão e por uma situação econômica absolutamente precária, reinterpretavam de maneira radical aquele ideário:

As "idéias francesas" apenas vieram permitir a expressão de uma revolta latente e surda, curtida nos porões e senzalas, que em vários momentos explodia em manifestações caóticas. Era a própria estrutura da sociedade colonial que estava em jogo, para os dominados pelo jugo branco. (MENDES JR., 1983, p.69)

O exame da participação popular no movimento baiano permite romper o dispositivo *independência — unidade nacional*: em nenhum momento a chamada “Revolta dos Alfaiates” se põe como objetivo a independência *do Brasil*. Trata-se de resolver os problemas concretos da vida da população pobre, causados antes por uma brutal dominação de classe do que por um etéreo e abstrato “sistema colonial”, que só é posto em causa subsidiariamente. O radicalismo dessa participação

popular, ademais, impede ou dificulta a integração posterior do movimento nos quadros da memória nacional dominante.

Não é casual, portanto, o quase abandono do estudo da Conjuração Baiana pelo ensino de História frente à insistência da reiteração do estudo e da narrativa da Inconfidência Mineira. Isso torna evidente as vantagens, do ponto de vista da proposta de ensino que aqui se delinea, do exame e do confronto dos dois movimentos, no sentido de recuperar suas diferentes propostas e as diferentes maneiras pelas quais a memória da unidade nacional vai recuperá-los, integrando perfeitamente o movimento mineiro, moderado e elitista, a ponto de poder instituir um herói (Tiradentes) cujas dimensões são comparáveis, do ponto de vista da projeção dessa memória, às do “criador da nação” (D. Pedro). A propósito, este seria o momento mais adequado, no curso para examinar os mecanismos da criação dos heróis nacionais, retomando os textos de Varnhagen (D. Pedro) e Alencar (Peri) em confronto com o estudo da Inconfidência Mineira e da sagração de Tiradentes como herói pelos republicanos em 1889. Sugestivo, como contraponto, seria o estudo de certos trechos do “*Romanceiro da Inconfidência*” de Cecília Meireles e do samba “*Exaltação a Tiradentes*”, de Mano Décio da Viola e Silas de Oliveira.

A Nação contra a Nação: a Revolta de Canudos

Por fim, outro momento estratégico nesse esforço de desmontagem do dispositivo que constrói e reafirma, no ensino de História, a idéia da *unidade/identidade nacional*, seria o exame do movimento de Canudos. Trata-se, de novo, de movimento praticamente abandonado pelo ensino costumeiro de História. Tomado no contexto do curso ora proposto, Canudos pode ser apanhado como mais um questionamento radical da presumida unidade da nação brasileira, mesmo que se passe ao largo da extensa polêmica a respeito do caráter do anti-republicanismo do Conselheiro. Para o exame aqui proposto, a referência inicial obrigatória é Euclides da Cunha, que afirma:

Insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história. Tivemos, inopinadamente, ressurreta e em armas em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido. Não a

conhecemos. Não podíamos conhecê-la. [...] Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. [...] Vimos no agitador sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural, adversário sério, estrênuo paladino do extinto regime, capaz de derruir as instituições nascentes. [...] (CUNHA, 1954, p.181-2)

No trecho acima, Euclides caracteriza a revolta de Canudos como o resultado da manutenção, “no âmago do país”, de uma “sociedade velha”, que correspondia a “um terço da nossa gente”. Mesmo que se considere de maneira cautelosa essa afirmação, na medida em que expressa a concepção dualista do autor sobre a história brasileira, é possível extrair dela a característica central do movimento: trata-se do questionamento do esforço do Estado brasileiro e dos grupos dominantes no país, desde a independência, de afirmar e impor a todo custo uma unidade nacional. Essa imposição da unidade se deu, quase sempre, passando por cima dos interesses das camadas populares, que nunca se adequaram perfeitamente às arbitrárias fronteiras definidas pela idéia de nação. Nesse sentido, ao questionarem as condições concretas mediante as quais se expressa a dominação no Brasil e, particularmente, no contexto rural, os movimentos populares acabam sempre pondo em questão essa unidade, que é vista apenas enquanto imposição e força.

A questão nacional pouco ou nenhum significado possuía para aquela gente que se juntou ao Conselheiro em Belo Monte, interessada que estava em conseguir alternativas de vida menos cruéis e opressivas do que aquelas até então vividas. Yara Dulce Bandeira de Ataíde, em artigo publicado em 1994, estuda as origens da população do arraial de Canudos e conclui que:

[...] pode-se afirmar que, a partir do conjunto de dados obtidos na pesquisa e da análise da proposta de vida acenada por Antônio Conselheiro, o sertanejo que se sentiu atraído pelo seu chamamento e permaneceu em Belo Monte procedia das áreas rurais ou pequenas vilas, e pertencia aos segmentos sociais mais carente, cujos problemas políticos, sociais e econômicos nas suas regiões de origem justificavam a migração.[...]

[...] Esses segmentos sociais, sentindo-se marginalizados, sem perspectivas e vítimas de uma cruel exploração, viam em Belo Monte um reduto de promoção e resistência. Como quase nada possuíam em seus locais de origem, facilmente encontravam em Canudos liberdade, integração, motivações religiosas e sociais suficientes para retê-los e estimulá-los a resistir e lutar contra qualquer tipo de dominação externa. (ATAÍDE, 1993-1994, p.95)

Esse tipo de análise permite pôr em questão, mais uma vez, o dispositivo construído em torno da *unidade/identidade nacional*. A própria guerra de destruição empreendida pelo governo central traz implícito o risco representado pelo movimento para a manutenção da ideologia da unidade: era preciso destruir Canudos sem deixar vestígios que pudessem abalar a memória dominante a respeito de uma História do Brasil comandada por um único interesse comum.

Nesse sentido, para encerrar o curso aqui delineado, poderia ser sugerida a leitura de uma obra de ficção, *A casca da serpente*, de José J. Veiga.⁵ Esse autor se caracteriza por romances e contos que costumam transcorrer em lugares fictícios e em tempo incerto, mas onde se nota marcada influência do ambiente político vivida na época da ditadura militar no Brasil. *A casca da serpente*, no entanto, tendo sido publicada em 1989, representa uma espécie de inflexão na obra do autor, passando o Brasil a ser mais explicitamente a sua fonte de reflexão.

A obra trata de uma espécie de continuação da luta de Antonio Conselheiro e dos derrotados no Arraial de Canudos. Veiga imagina o que teria acontecido se o Conselheiro não tivesse morrido e pudesse ter fugido do Arraial antes da sua destruição, junto com um pequeno grupo de simpatizantes. Rumando para o norte, esse bando de retirantes (que vai recebendo alguns agregados), encontra um local para se fixar e recriar uma nova Canudos, sem os erros da antiga. O Conselheiro, aos poucos, vai abandonando a sua postura de beato e o seu autoritarismo, procurando instituir relações democráticas na nova cidade que se vai construindo, nomeada Itatimundé. Recebendo o auxílio e a visita de personagens fictícias e de pessoas que realmente viveram na época dos acontecimentos (como Chiquinha Gonzaga, Orville Derby, e, até mesmo, o anarquista Kropotkine, que não

⁵ A análise exposta a seguir já foi objeto de comunicação anteriormente apresentada. Cf. Cordeiro, 1993.

aparecem exatamente com seus nomes reais), Itatimundé vai-se constituindo como verdadeira utopia de uma sociedade anarquista, em que todas as normas são decididas pelos seus próprios habitantes, e onde existe a liberdade mais ampla possível. Trazendo-nos, no entanto, para a realidade, Veiga inventa um final trágico para a nova Canudos: ela teria sido destruída em 1965 (observe-se a data!) e hoje o seu território se teria transformado num depósito de lixo atômico de uma empresa multinacional.

Dentro da temática aqui examinada, das relações entre nação e poder, é possível estabelecer amplas discussões sobre as perspectivas delineadas pela obra de Veiga. As questões mais importantes são a das relações entre história e ficção e a da temporalidade. Veiga trabalha com vários planos temporais: o da Canudos real (fim do século XIX), o da ditadura militar que destrói a nova Canudos (1965) e o do presente (relativo à época da produção da obra e lembrado pela menção da modernidade, caracterizada no “lixo atômico”). A nova Canudos, no entanto, é atemporal, ou melhor, projeta-se na direção do futuro.

Misturando deliberadamente realidade e ficção, José J. Veiga aposta nas possibilidades de construção de futuro(s) e, portanto, na possibilidade de sonhar. A história e o passado são tomados como fonte de reflexão. O autor enfrenta a memória dominante do tema (Canudos) e reflete não sobre *o que ele foi* (como normalmente faz o historiador), mas sobre *o que ele poderia ter sido*: o passado não é fonte de exemplos, mas de temas para reflexão.

Nesse sentido, ele consegue propor a desconstrução da memória dominante do tema, constituída a partir e depois de Euclides da Cunha. Itatimundé (a nova Canudos) *nunca* esteve em lugar nenhum e *sempre* esteve (como possibilidade, como sonho). O autor aponta a necessidade de voltarmos a sonhar e de tomarmos a história como *nossa*, no sentido de fonte temática para a construção de projetos de futuro e não a deixarmos jazer, intocável, nos livros e nas aulas de História.

A história pode ser pensada e discutida em planos diversos, muito além da homogeneização imposta pela memória histórica nacional (dominante). José J. Veiga nos convida a isso e foi o que se pretendeu propor aqui: uma reflexão, possível no ensino de História, que consiga romper os limites dessa memória e sugerir alternativas de trabalho e de estudo para professores e alunos.

Referências Bibliográficas

- ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro. *Revista USP*, São Paulo: USP, n.20, p.88-99, dez./jan./fev. 1993-1994.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1989.
- CORDEIRO, Jaime Francisco Parreira. História e Literatura: relato de uma experiência de leitura da obra de José J. Veiga na escola.. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 9., 1993, Campinas. [Anais...]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 23.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1954.
- LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1824: a Confederação do Equador*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1989.
- MENDES JR., Antonio e outros. *Brasil História: texto e consulta*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. V.2: Império.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.39-92. T.III: O Brasil republicano; V.2: Sociedades e instituições (1889-1930).
- PINSKY, Jaime. Nação e ensino de História no Brasil. In: _____. (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988.
- REIS, Arthur César Ferreira. A inconfidência baiana. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4.ed. São Paulo: Difel, 1977. T.I: A época colonial; V.2: Administração, economia, sociedade, p.411-7.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo: a história como biografia da nação*. São Paulo, USP, 1981. Dissertação (Mestrado

em História) — Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1981.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. 7.ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

VESENTINI, Carlos Alberto. Escola e livro didático de História. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.